REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 4, n. 3 - Edição Especial - 2018
Missões

A NARRATIVA SOBRE A CORRUPÇÃO E A CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O IMPACTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2018

THE NARRATIVE ON CORRUPTION AND THE CRIMINALIZATION OF POLITICAL ACTIVITIES : THE IMPACT OF THE MEDIA IN THE FIRST ROUND OF THE 2018 ELECTIONS

Enio Cardoso[1]
Jennifer Azambuja de Morais[2]

Resumo: A narrativa dos escândalos de corrupção feita pelos meios de comunicação de massa no Brasil está impactando no sentimento de aversão à política. Com isso, nossa proposta é analisar a relação entre a narrativa de criminalização da política feita pelos meios de comunicação de massa e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018. Hipotetizamos que a percepção que os cidadãos brasileiros têm sobre a corrupção e a política pode estar sendo influenciada pela linha de ação dos meios de comunicação de massa do Brasil, por suas características históricas especificas, as quais os distingue dos seus pares na maioria dos países ocidentais. Para isso, faremos uma análise das entrevistas dos candidatos no Jornal Nacional, identificando o discurso que os âncoras do telejornal vincularam a cada candidato.

Palavras-chave: Corrupção; Criminalização da Política; Eleições; Meios de comunicação.

Abstract: The narrative of corruption scandals by media in Brazil is affecting the sense of aversion to politics. Thus, our proposal is to analyze the relationship between the narrative of criminalization of political activities by media and the first round of the 2018 presidential elections. We postulate that the perception that Brazilian citizens have about corruption and politics may be being influenced by the line of action of the mass media of Brazil, by its specific historical characteristics, which distinguishes them from their peers in the majority of western countries. To do this, we will analyze the interviews of the candidates in the National Journal, identifying the speech that the anchors of the television news linked to each candidate.

Keywords: Corruption; Criminalization of Political; Elections; Media.

INTRODUÇÃO

No Brasil, estamos vivenciando um momento de crise política, social e econômica, onde as instituições políticas não conseguem responder adequadamente aos anseios da população, assim como também não conseguem estabilizar a crise que se iniciou em 2016. Os escândalos de corrupção, o *impeachment* e uma eleição fortemente marcada pela antipolítica compõem o cenário atual. Há um sentimento generalizado de impotência diante da magnitude

[1]Doutorando em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: eniocardoso@live.com
[2] Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jennifer.amorais@gmail.com

da situação, e isso tem como consequência uma população extremamente desconfiada, cética e com uma profunda aversão à política e, principalmente, aos políticos.

Diante deste quadro, é possível sugerir que tal crise não pode ser analisada exclusivamente sob o ponto de vista do funcionamento das instituições políticas, mas também pelo comportamento dos cidadãos. Principalmente, pelo processo de internalização de valores, crenças, atitudes e comportamentos, que se dá através de agentes socializadores, em especial, os meios de comunicação.

Isso porque, como se pode observar, os meios de comunicação no Brasil assumiram um discurso de estigmatização da esfera política, como o centro de todos os males da nossa sociedade, criminalizando, desta forma, todas as atividades políticas, através de uma narrativa que generaliza os casos de corrupção para toda a arena política. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre esta narrativa, construída pelos meios de comunicação de massa, e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018. Hipotetizamos que a percepção que os cidadãos brasileiros têm sobre a corrupção e a política pode estar sendo influenciada negativamente pelo discurso e linha de ação adotados meios de comunicação de massa do Brasil, por suas características históricas muito especificas, as quais os distingue dos seus pares na maioria dos países ocidentais.

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho segue o protocolo qualitativo, utilizando de análise de conteúdo das entrevistas, dos cinco candidatos à presidência da república mais bem colocados na pesquisa de intenção de votos realizada pelo instituto DataFolha, concedidas ao telejornal da Rede Globo, o Jornal Nacional. Essa análise traçará os temas abordados, bem como o número de vezes que os dois âncoras do telejornal falaram palavras como corrupção, Partido dos Trabalhadores (PT) e Lula. Isso, com o intuito de analisar a relação que os meios de comunicação fazem da criminalização da política com cada candidato, verificando o impacto disso no primeiro turno das eleições.

O artigo está estruturado em cinco seções, na primeira é trabalhado o conceito de cultura política e socialização política, identificando os meios de comunicação como um dos principais agentes socializadores do eleitor brasileiro. Após são apresentadas a história e as características dos meios de comunicação de massa no Brasil, apontando suas peculiaridades. Na terceira seção conceitua-se a narrativa midiática como uma técnica de persuasão, para logo em seguida trazer a criminalização da política no Brasil feita através da narrativa dos meios de comunicação. Por fim, são analisadas as entrevistas dos candidatos à presidência da República.

CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

O debate sobre o conceito de cultura política, principalmente, sobre sua relação com o regime político, ganhou espaço na Ciência Política a partir do trabalho seminal de Almond e Verba (1963), quando os autores fizeram uma comparação de cinco países para explicar seus regimes políticos a partir da cultura política de sua população. Apesar das críticas em relação ao seu determinismo e elitismo, a teoria vem ganhando adeptos. A partir da década de 1980, os trabalhos com a abordagem comportamentalista objetivam, diferente de Almond e Verba, a compreensão do comportamento, das crenças e das atitudes políticas na tomada de decisão, afastando-se da relação determinista entre a existência de uma cultura cívica e a estabilidade democrática de um país.

Atualmente, o principal debate na área é sobre o estudo apresentado por Dalton e Welzel (2014a), no qual os autores afirmam que, segundo as pesquisas *surveys* feitas nos últimos quarenta anos, os cidadãos presentemente estão desenvolvendo valores mais assertivos e de auto expressão, contrários aos valores de lealdade e submissão do modelo de Almond e Verba. Para os autores orientações assertivas representam uma postura que encoraja as pessoas a serem críticas e expressarem preocupações comuns. Tais valores combinam liberdade, igualdade e visões expressivas, envolvendo uma ênfase nas "liberdades individuais", na "igualdade de oportunidades" e na "voz do povo". Essas prioridades tornam as pessoas conscientes dos seus direitos e dos outros, que se indignam com as violações dos direitos, criando-se, assim, um estímulo para expressar suas indignações através da ação coletiva (DALTON e WELZEL, 2014b).

A proposta dos autores é de que há uma mudança na natureza da cidadania democrática, uma vez que ao invés de cidadãos leais e submissos às instituições do regime, as democracias estão possibilitando o surgimento de cidadãos críticos. As evidências demonstram que não só nas democracias estabelecidas, como também nas democracias emergentes, as orientações assertivas estão se tornando realidade (DALTON e WELZEL, 2014b). Portanto, a evolução da cultura política sugere que as orientações democráticas diferem do modelo de cultura cívica de Almond e Verba, levando a uma revitalização da cultura política e a um novo potencial de avanço democrático.

Para esse deslocamento de uma cultura política leal e submissa para uma cultura política assertiva, acreditamos que são importantes: uma educação de qualidade e a presença de valores democráticos nas sociedades. Ambos elementos não só colaboram com o desenvolvimento de uma sociedade mais crítica, como também para uma sociedade que busca a resolução de problemas coletivos através das redes de confiança e reciprocidade. A

formação de cidadãos assertivos com alto nível de capital social contribuiria para a estabilidade da democracia e com a constituição de uma cultura política participativa.

Direcionando para o Brasil, é importante destacar que o país entrou em um novo ciclo político-histórico, com novas demandas dos cidadãos e questionamentos do modelo formal-procedimental da democracia representativa (BAQUERO, 2011). A transição para democracia ocorreu antes da construção de valores democráticos, tais como a importância da participação política e o interesse por assuntos políticos. Além disso, as instituições não são sólidas e o comportamento político é amador e pouco crítico, com isso "os partidos políticos sofrem de falta de credibilidade e são considerados pouco representativos e a construção da cidadania é constrangida pela ausência de gestores públicos, como Michels (1952) diria: 'moralmente capazes e tecnicamente competentes'" (*apud* BAQUERO, 2011, p. 26).

Esse contexto sinaliza para a necessidade de uma adequação do conceito original de cultura política para uma análise de países emergentes (TURNER, 1995; BROW e GRAY, 1979; BAQUERO, 2003, 2007 e 2011; SOUZA e LAMOUNIER, 1990; CASTRO, 2008). Nesse sentido, Castro (2008) destaca que a partir da evolução do debate teórico sobre o tema, bem como a possibilidade e a disseminação de novos estudos empíricos, permite a possibilidade de falar em uma teoria de cultura política que vai além da classificação proposta por Almond e Verba. Dessa forma, "em vez de enquadrar as diferentes sociedades em uma tipologia construída *a priori*, os estudos de cultura política devem servir para que se construa uma compreensão da realidade que considere as diferentes experiências históricas" (CASTRO, 2008, p. 26).

Por isso, é importante destacar que o processo de democratização do Brasil, a partir da década de 1980, após o fim do regime autoritário, vem apresentando uma incongruência entre a prática de uma democracia formal e a existência de desigualdade social. Segundo Baquero (2001, p. 99), frequentemente se constata, na bibliografia sobre a evolução do Estado no Brasil, "a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado autoritário que tem obstaculizado a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no país". Para além disso, não se reestabeleceu uma sociedade civil participativa, ficando a cargo das regras do jogo político o bom desempenho institucional para garantir uma democracia de qualidade. Porém o enfraquecimento das instituições políticas, como os partidos políticos e o próprio Estado, tem contribuído para a fragilidade da democracia no país. E contribuíram, também, para o baixo interesse nos assuntos políticos, a baixa participação política dos cidadãos e os baixos níveis de confiança nas instituições,

corroborando com o cinismo, o individualismo, a corrupção, a intolerância com opiniões diferente, o clientelismo, o personalismo e o patrimonialismo.

Tais características são considerados estruturais na cultura brasileira (AMORIM, 2006; MOISÉS, 1995; BAQUERO, 1997). Para Moisés (1995, p. 105), a cultura política brasileira tem sido descrita como um conjunto rígido de padrões político-culturais, dotado de forte capacidade de continuidade, "combinando traços herdados das raízes 'ibéricas' do país – isto é, um sistema de valores autoritários, hierárquicos e plebiscitários – com componentes "estadistas" e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado".

Baquero (2008) define a cultura brasileira como híbrida, pois é capaz de ter valores favoráveis à democracia simultaneamente com a falta de interesse na política e a existência de valores conservadores. Isso sugere que apesar de estar havendo um deslocamento de cidadãos leais para cidadãos assertivos em países desenvolvidos, o Brasil ainda está a passos lentos para essa realidade. Isso porque, constata-se uma cultura política indiferente aos valores democráticos, especialmente, à participação política e à tolerância política, que não recebe incentivo para a formação de cidadãos mais críticos, por parte das instituições.

A partir do conceito de cultura política discutido surgem questionamentos centrais para serem problematizados. Como uma determinada cultura política é produzida e assimilada dentro de uma sociedade, seja este processo dentro de uma mesma geração, ou de uma geração para a outra? Que instrumentos são utilizados para que os cidadãos possam internalizar os valores de uma determinada cultura política? Essas respostas são apresentadas nos estudos de socialização política.

Os estudos sobre socialização política buscam compreender quando, como e através de quem os valores, crenças, normas e atitudes que caracterizam a cultura política de uma determinada sociedade são internalizados pelos indivíduos. Também, busca-se entender como as características da cultura política de uma determinada sociedade são transmitidas para as gerações futuras, tornando-as aptas a participarem dos contratos sociais vigentes. Para Easton e Dennis (1969) a socialização política são os processos através dos quais as pessoas são iniciadas no mundo da política, onde assimilam normas e adquirem orientações e padrões de comportamento.

Para Peter Berger e Thomas Luckmann (1985) o contexto familiar, durante os primeiros anos de vida, constitui-se a socialização de caráter primário, a qual vai influenciar de forma importante no desenvolvimento político do indivíduo para o resto de sua vida. Acontecem neste período os primeiros contatos com a noção de política partidária, assim como, de participação política. As etapas seguintes, já fora do ambiente familiar, com o

contato do indivíduo com os diversos setores da sociedade, constituem-se na socialização secundária. Neste período, não acontece uma transformação pura e simples do indivíduo, mas sim adaptações aos diferentes contextos sociais e suas exigências. Porém, para além desses dois tipos de socialização, há também, o que o autor chama de processo de ressocialização. Este processo seria um tipo terciário de socialização e ocorre quando há transformações profundas ou rupturas com eventos e pessoas do passado. O indivíduo se "reinventa". E este processo se assemelha ao da socialização primária, pois haveria uma superação completa da socialização inicial. Neste estágio ocorre também a chamada socialização intencional, contexto no qual está inserido o papel dos meios de comunicação de massa (BERGER e LUCKMANN, 1985).

No entanto, um trabalho desenvolvido por Robert Hyman, em 1959, mudou esta perspectiva. Segundo ele, todas as percepções e orientações políticas de um adulto tem a sua origem nos seus primeiros estágios de desenvolvimento enquanto indivíduo, ou seja, na infância (HYMAN, 1959). David Easton (1969) consolidou esta concepção. Para este autor o mundo infantil ainda não se relaciona com o mundo da política partidária, mas o faz firmemente com outros aspectos do sistema político. Ele menciona a relação do indivíduo com a autoridade. Através de exemplos práticos, ele mostra que o pai se constitui a autoridade mais próxima da criança, no entanto, em determinadas circunstâncias, um policial, ou o presidente são autoridades que estão acima da esfera de poder do pai (EASTON, 1969).

Na Europa, no entanto, esta concepção não foi bem aceita. Annick Percheron (1971), pesquisadora francesa, não concordou com esse modelo. Para ela a socialização política se constitui um processo permanente que dura a vida toda, e eventos importantes como casamento, trabalho, serviço militar, alteração da condição socioeconômica, ou mudança geográfica podem perfeitamente modificar atitudes estabelecidas em estágios anteriores. Não há linha de continuidade que não possa ser interrompida (PERCHERON, 1971).

Quanto aos modos de socialização, segundo Almond e Coleman (1969), ela ocorre de forma latente ou manifesta. Entende-se por socialização latente quando a transmissão de orientações ocorre de forma difusa e não intencional principalmente durante a infância. Já na manifesta a transmissão de orientações ocorre de forma intencional através das diversas agências socializadoras de uma sociedade (ALMOND e COLEMAN, 1969). Dessa forma, as agências socializadoras são os veículos através dos quais um indivíduo recebe as informações que serão apreendidas na forma de cultura. Elas podem ser a família, a escola, igreja, trabalho, partidos, movimentos sociais, mídia e outros, durante o seu período de vida (SCHMIDT, 2001). Para este autor, a família ainda continua sendo a principal agência socializadora. A

mídia, a partir dos anos 80s assume um papel de grande relevância neste processo, juntamente com a escola, em uma sociedade moderna, os meios de comunicação tornaram-se os principais fornecedores de informação e opinião sobre praticamente tudo o que chega aos cidadãos. As outras agências desempenham um papel mais ou menos relevante dependendo das circunstâncias (SCHMIDT, 2001).

No Brasil, Baquero (1997), Souza (1983) e Nazzari (1992) concordam com o fato de que a socialização política ocorrida na infância é muito importante para o desenvolvimento posterior das posições do indivíduo. No entanto, eles também acreditam que outros eventos, durante toda a vida, podem afetar e modificar decisivamente as percepções sobre política formadas anteriormente. Por isso, trabalhamos com o conceito de socialização política neste artigo, compreendendo que o eleitor brasileiro está internalizando seus valores, crenças, atitudes e comportamentos através dos agentes socializadores, em especial pelos meios de comunicação, conforme podemos ver na Tabela 1.

Tabela 1 – Como se informa sobre assuntos políticos (%)

	Não menciona	Menciona	Total
Com a família	76	24	100
Com os amigos	69	31	100
Com os companheiros de trabalho	88	12	100
Com colegas de escola	93	7	100
Pelo rádio	81	19	100
Pelos jornais impressos/revistas	68	32	100
Pelas redes sociais	75	25	100
Pelos meios eletrônicos/internet	76	24	100
Pela televisão	27	73	100

n = 1200

Fonte: Latinobarômetro, 2017.

Pelos dados da Tabela 1, percebemos que a maioria dos eleitores brasileiros menciona, ao serem questionados como se informam sobre assuntos políticos, a televisão como principal fonte de informação, com 73%, seguida pelos jornais impressos/revistas (32%) e pelos amigos (31%). Estes valores vão ao encontro do objetivo deste artigo, de analisar a relação entre os meios de comunicação de massa e a percepção que os cidadãos tem sobre a corrupção e a política, visto que a população brasileira busca informações prioritariamente pela televisão. Nesse sentido, a próxima seção trabalha com a história e as características dos meios de comunicação no Brasil.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA NO BRASIL

Pelo papel de agente socializador que os meios de comunicação apresentam na internalizam de valores, faz-se importante caracterizá-los no contexto do Brasil. No primeiro momento, apresentamos o relato histórico na busca de resgatar um pouco da trajetória da imprensa em terras brasileiras, desde a sua chegada aqui, com o governo de Portugal (1808), até os dias atuais. Notem que, como quase tudo aqui no Brasil, os meios de comunicação também se desenvolveram a partir do estado centralizador português, ou seja, com a sua permissão, assim nada escapava aos olhos vigilantes da coroa. No segundo momento, seguem alguns dados que descrevem as características desse setor, no país, o qual é constituído por empresas capitalistas, que como qualquer outra, em qualquer setor, visam a produção de lucro.

A História

A imprensa chega ao Brasil depois que o governo português, ameaçado por Napoleão e suas guerras expansionistas, se desloca da península Ibérica para o novo mundo em 1808. Antes disso, ela era proibida em terras brasileiras por ser considerada um meio de subversão e, por conseguinte, uma ameaça aos interesses do governo central português. Muito embora, ela fosse praticada de forma clandestina por pessoas ligadas aos movimentos pró independência, como era o caso do Correio Brasiliense de Hipólito da Costa, cuja impressão era feita em Londres e posteriormente trazida para o Brasil através de contrabando (SODRÉ, 1999).

Desde o seu surgimento, os meios de comunicação de massa, tem estabelecido uma relação próxima com a esfera política e o poder econômico, na sociedade brasileira. Num primeiro momento, ainda muito incipiente, a sua área de influência abrangia basicamente os poderes locais, pois se limitava apenas a alguns jornais de propriedade de famílias oligárquicas da época. Segundo Sodré (1999), a atividade de imprensa, no Brasil, era praticada majoritariamente pelas classes economicamente dominantes. Não havia revolucionários nesta atividade. Não havia nenhum interesse por parte dos membros da imprensa brasileira da época em estabelecer uma aliança com o povo. Eles estavam muito mais dispostos a se afirmar como burguesia, no cenário econômico social ao qual estavam inseridos, algo que não se alterou até os dias atuais (SODRÉ, 1999).

Já durante o reinado de Dom Pedro II, política e meios de comunicação existentes se confundiam na tarefa de apoio aos partidos conservador e liberal, os quais por sua vez, eram "atrelados a grupos familiares dominantes, condicionados aos seus interesses econômicos e afinidades intelectuais" (MARTINS e LUCCA, 2008, p. 13).

No restante do século XIX, a participação da imprensa nos assuntos políticos se intensificou ainda mais. Houve uma ativa participação do jornalismo da época na defesa da proclamação da república e abolição da escravatura. "A cada linha de atuação emancipacionista ou abolicionista, ensaiou-se e/ou editou-se um jornal" (MARTINS e LUCCA, 2008, p. 14).

Posteriormente, já no início do século XX, a imprensa se instala definitivamente no Brasil como um meio de comunicação de massa e segue a mesma lógica de atuação de seus predecessores. Foi assim com o surgimento dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e sua importante participação em eventos que vão desde o apoio a Revolução de 1930 e seu principal protagonista, Getúlio Vargas, passando pelo apoio ao golpe de 1945 e, posteriormente, ao golpe militar de 1964 (MIGUEL, 2001).

Durante os anos 1960s, com o golpe militar (1964), os Diários Associados entram em decadência e surge a Rede Globo, como novo veículo de alcance nacional. O império global, que começou em 1925, apenas com o jornal O Globo e a partir da sua relação com os governos militares, vem a se transformar em um dos maiores conglomerados de comunicações do mundo. A rede Globo cumpriu um papel importante no processo de integração nacional, durante os anos dos governos militares. Em 1969 surge o Jornal Nacional (telejornal), sendo este o primeiro evento televisivo a ser assistido simultaneamente em praticamente todo o território nacional (MIGUEL, 2001).

Assim como os Diários Associados, na primeira metade do século XX, porém em uma escala muito maior, a Rede Globo teve uma participação proeminente na vida cultural e política da nação brasileira, a partir da década dos 60s. Apoiou o regime militar, noticiou e influenciou o processo de abertura democrática. Participou de forma ativa de todos os processos eleitorais desde então, assumindo posições de apoio aos candidatos que julgava conveniente para os seus interesses, inclusive manipulando dados e informações, contra seus desafetos, embora procurasse sempre mostrar uma postura de isenção perante a opinião pública (MIGUEL, 2001).

Durante os processos eleitorais seguintes, a partir de 1989, o qual foi o primeiro com eleições diretas para presidente, a chamada grande imprensa brasileira assumiu uma posição quase que completamente unitária no apoio a uma candidatura definida. Este fenômeno,

bastante peculiar a sociedade brasileira, antagoniza com o que normalmente acontece em outras democracias, onde a imprensa se divide no apoio a diferentes candidatos, com diferentes linhas ideológicas (MIGUEL, 2001).

O relato histórico acima serve para ilustrar a importância do papel que os meios de comunicação de massa desempenharam e desempenham na formação da sociedade brasileira, desde os primórdios de sua história até os dias de hoje. Cabe destacar que eles influenciaram a estruturação da personalidade política dos cidadãos através de estimulo ou desestimulo a participação da sociedade civil nos processos políticos, visto que é um agente socializador.

As Características

Segundo os dicionários de língua portuguesa, um oligopólio se caracteriza pela existência de um pequeno número de produtores (vendedores) para uma multidão de consumidores de um determinado produto. Para Vinício A. de Lima (2012), analisando o processo de globalização contemporânea, a brutal convergência de novas tecnologias vai, inevitavelmente, ocasionar uma, sem precedentes, concentração de propriedade no setor de comunicações. A justificativa seria que devido a necessidade de altíssimos investimentos, estar integrados horizontalmente, verticalmente, bem como, no sentido cruzado, ou seja, atuar sob a coordenação de um mesmo grupo, é muito mais viável e eficiente economicamente do que isoladamente (LIMA, 2012).

O Brasil é um país com uma população de aproximadamente 200 milhões de habitantes. No entanto, os meios de comunicação de massa são controlados por um número reduzido de empresas. A Constituição brasileira é clara no seu artigo 220, parágrafo 5º, proibindo o monopólio e oligopólio, no setor. Por outro lado, algumas leis mais recentes como a Lei sobre a TV a Cabo e a Lei Geral das Comunicações, não contem dispositivos que limitem a concentração da propriedade. Estudos realizados por Caparelli e Lima (2004) demonstram que não mais do que sete grupos detém o controle sobre aproximadamente 80% do que a população brasileira vê, ouve e lê, nos meios de comunicação de massa (CAPARELLI e LIMA, 2004).

As Organizações Globo mantem a hegemonia, no setor, desde os governos militares. Esta organização possui aproximadamente 223 veículos de sua propriedade, ou afiliados, além da maior operadora de TV por assinatura (NET) e um dos mais acessados portais de internet (globo.com), a Globo filmes, produtora e distribuidora de cinema, 30% das emissoras de rádio AM e FM, e por fim, um sistema de produção de canais para TV por assinatura, o Globosat. O

bispo Edir Macedo, da igreja Universal, é o maior acionista do grupo Record, além da Rede Mulher e Rede Família. Atualmente a o Grupo Record é o segundo mais importante entre os meios de comunicação de massa no Brasil. Em seguida, em terceiro, vem o SBT controlado pela família Abravanel (Silvio Santos), que além da rede de televisão possui parcerias com produtoras e estúdios multinacionais. A Folha de São Paulo, da família Frias, vem logo a seguir, em quarto. Além do jornal diário, o grupo é proprietário do instituto de pesquisa DataFolha, de parte do provedor de internet UOL, da agência de notícias Folha, além de ter participação importante no jornal Valor Econômico, em parceria com o jornal o Globo. Em quinto vem a Rede Bandeirantes, controlada pela família Saad, que também detém o controle da rádio Bandeirantes AM e FM, além do canal 21. O sexto mais importante grupo de mídia do Brasil é controlado pela família Mesquita, que possui o jornal O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, a Agência Estado, além de uma emissora de televisão no Maranhão. Por último, vem o grupo Abril, da família Civita, proprietário da revista semanal Veja, da editora Abril, além de parcerias com grupos de produção internacional como Times Warner, Walt Disney, News Corporation, Vivendi Universal, Viacom e Bertelsmann (CAPARELLI e LIMA, 2004).

Uma outra característica importante dos meios de comunicação de massa no Brasil diz respeito ao que se conhece por “propriedade cruzada”, ou “monopólio em cruz”. Esta, se constitui uma prática bastante tradicional na maioria dos estados brasileiros. Ela consiste em um canal de televisão com abrangência na totalidade do território regional, quase sempre afiliado a maior rede de comunicações do Brasil, a rede Globo. Além da TV, mas também ligados a ela, dois jornais de circulação diária, sendo um deles o de maior circulação do estado. Esses jornais, mais a emissora de TV, também ligados a uma rede de canais de rádio AM e FM. Atualmente, um portal regional de internet já faz o acompanhamento quase que instantâneo do que ocorre regionalmente no estado, país e no mundo. Todos esses veículos, invariavelmente, são alimentados pela agência central de notícias. Na maioria dos casos, a Agência de Notícias Globo (AMARAL e GUIMARAES, 1994). A RBS, no Rio Grande do Sul, se constitui um exemplo apropriado ao que se descreve acima.

A NARRATIVA COMO TÉCNICA DE PERSUASÃO

Para Motta (2013, p. 71),“narrar é relatar eventos de interesse humano enunciados em um suceder temporal encaminhado a um desfecho”. Narrar, assim descrito, compreende

descrever uma sucessão sequencial cronológica de eventos inter-relacionados de maneira a dar um sentido ao todo. Portanto, uma narrativa possui início, meio e fim, com pausas e prosseguimentos. Cada evento ocorre ao seu tempo com um encadeamento coerente que denota a dialética da tese, antítese e síntese. Citando Ricouer (1994) afirma que há uma analogia entre a experiência humana e contar uma história, pois ambas possuem um caráter temporal de existência. Assim, tanto em uma narrativa, quanto na vida real, há sempre um passado, um presente e um futuro (MOTTA, 2013).

Com o acelerado desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, durante todo o século XX, e com o constante surgimento de novas tecnologias de informação a partir do final deste, o convívio com as narrativas jornalísticas sobre eventos que ocorrem nos mais diversos recantos do planeta, passou a ser muito mais próximo e intenso. Fulton (2005) diria que em um mundo onde a mídia impressa e eletrônica é quase onipresente, o senso de realidade experimentado pelas pessoas passa a ser estruturado pelas narrativas construídas pelos meios de comunicação.

Nestes termos, as narrativas jornalísticas, mesmo não sendo ficção, usam modelos e técnicas narrativas para apresentarem as suas versões sobre os fatos sociais. No entanto, saber da existência da narrativa em cada matéria jornalística descrevendo um evento ocorrido no passado, não deve ensejar, a priori, um pré-julgamento valorativo e condenatório do que estiver sendo dito. As narrativas são parte indissociável do fazer jornalístico. Elas são o oficio do jornalista. Por outro lado, Motta (2013) lembra que narrar também não é uma atitude ingênua e desprovida de intenções. O narrador argumenta utilizando dispositivos persuasivos de linguagem, de forma a seduzir e envolver, pois quer, intencionalmente, produzir efeito com aquilo que ele estiver descrevendo.

A utilização de técnicas narrativas em matérias jornalísticas, em qualquer de suas modalidades, tem por objetivo a sua simplificação com componentes emocionais, manter a leveza dos temas, ao invés da densidade, mesmo que esta seja relevante. Esses formatos, tem demonstrado serem eficazes pois facilitam a compreensão e reprodução por parte de quem recebe as informações, diferentemente do que ocorre quando as informações são transmitidas no formato de entrevistas e comentários (CAMPOS, 2012). Thompson (2002) já destacava que esta simplificação discursiva, alcançada com o emprego das técnicas narrativas acabam por produzir um efeito imediato, pois facilita a produção e circulação de material simbólico presente na narrativa.

Desse modo, a simbiose existente entre as matérias jornalísticas e as técnicas modernas de narrativas tem alguns objetivos bem definidos. Primeiro, essas matérias precisam

ser acessíveis ao público. Assim, a descomplexificarão dos formatos são fundamentais. A amplitude e profundidade do texto cedem lugar a formas mais facilmente compreensíveis de linguagem. As razões políticas, históricas e culturais para um conflito, por exemplo, são deixadas de lado e trocadas pela individualização heroica de alguém que teve que superar tragédias para alcançar o sucesso (FULTON, 2005). Conclui-se com isso que a técnica narrativa aplicada às matérias jornalísticas, embora facilite a compreensão do que está sendo dito, faz com que quem recebe as informações, não as receba na sua totalidade, já que a acessibilidade e fácil compreensão substituem a profundidade e a riqueza de detalhes.

Portanto, parece razoável sugerir que as narrativas midiáticas possuem a capacidade de influenciar a percepção que as pessoas constroem sobre a realidade, pois quando se lê os jornais, se assiste noticiários de rádio e televisão, bem como, portais de internet e revistas de tiragem semanais, alguém, em algum lugar, escolheu, por alguma razão, tudo o que deveria estar ali. Valores levaram os responsáveis a selecionar o que seria publicado. Sempre há uma função ideológica, um interesse, manifesto ou não, alimentando o mundo real.

De forma complementar e aprofundando as questões sobre as narrativas jornalísticas modernas enquanto técnicas de persuasão da audiência, tem-se as teorias do agendamento e enquadramento. Estudos neste sentido, têm se debruçado sobre aspectos mais sofisticados do papel da mídia nas sociedades modernas. O foco principal tem sido a capacidade que os meios de comunicação de massa possuem de estabelecer uma pauta a ser colocada em evidencia para o debate público, além de sua formatação a fim de que o debate seja direcionado de uma maneira em detrimento de outra. Eles são conhecidos como estudos sobre o agendamento e enquadramento, sendo que em inglês eles se chamam agenda *setting* e agenda *framing*.

Simplificadamente, o que a teoria do agendamento (LIPPMAN, 1922; ENTMAN, 1993) sugere é que os meios de comunicação de massa definem e estabelecem quais os problemas sociais vão ser expostos a atenção do público e quais os que não vão ser. Entendendo-se problemas sociais como os temas classificados por uma coletividade como problemáticos, os quais merecem atenção e debate na busca por soluções. Lembrando também que problemas sociais são construídos coletivamente, ou seja, um número grande de pessoas precisa reconhece-los como tal, e pelo fato de não ser possível a atenção e o debate sobre todos os problemas sociais ao mesmo tempo, na medida em que alguns entram na agenda, outros saem. Portanto, segundo esta teoria, os meios de comunicação definem os assuntos sobre os quais a população de uma determinada sociedade vai ter acesso e pensar a respeito.

A narrativa utilizada pelos meios de comunicação brasileiros, em especial a televisão e seus telejornais, é de que todos os males existentes na nossa sociedade se originam a partir da prática de atos ilícitos no interior do estado, através de uma relação promíscua entre agentes públicos e setores privados. Desta forma, os cidadãos são bombardeados permanentemente por notícias sobre escândalos de corrupção que generalizam atos individuais para toda a arena da política. Na próxima seção trabalharemos com essa narrativa de criminalização construída pela mídia brasileira nos últimos anos.

CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA NO BRASIL

A criminalização da política vem ocupando o cenário brasileiro, recebendo espaço, principalmente, nos meios de comunicação de massa (SANTOS, 2016). E torna-se essencial discutir esse fenômeno, pois da forma como está sendo midiatizado ele acaba sendo usado contra o próprio espírito da democracia, visto que se está aceitando como natural a criminalização da política de forma geral, a partir de exemplos individuais. No Brasil, com a quantidade de partidos políticos (trinta e cinco), e a cada ano surgindo mais, faz com que a população desacredite na capacidade dos partidos e de seus representantes, levando não só a criminalização da política, mas a sua ridicularização.

Em uma análise sobre este fenômeno na Índia, Khanna (1994, p 265) destaca que "a criminalização da política não apenas causou uma profunda erosão no funcionamento saudável e limpo de nossa política democrática, seu desdobramento em outras esferas não foi menos desastroso". Tal afirmação nos remete a crise política que estamos vivendo no Brasil também, na qual em meio a eleições, temos uma significativa porcentagem de brasileiros sem interesse algum em escolher um candidato, por acreditar que de forma geral nenhum candidato seja, ou capacitado ou honesto.

Nesse sentido, vale ressaltar a advertência de Batista (2012):

> A desqualificação da Política, principalmente no registro paroxístico que poderíamos caracterizar como antipolítica, encontrou na criminalização o mais poderoso dos instrumentos, na dependência contudo da publicidade espetaculosa dos procedimentos concretos.[...] os patíbulos operísticos do antigo regime foram substituídos pelo pelourinho virtual, atado ao qual o padecente já não vê desfilar diante de sua vergonha os curiosos da praça, mas é sua própria imagem que desfila, angustiada e impotente, por dezenas de milhares de lares (BATISTA, 2012, p. 226).

Não se pode, portanto, compreender os desdobramentos do que está acontecendo no Brasil em sua história recente, principalmente, os impactos dos resultados das eleições presidenciais no primeiro turno de 2018, sem vincular a criminalização das atividades políticas a um movimento global de disseminação do paradigma do estado de exceção como forma de governo (SANTOS, 2016).

Os casos de corrupção política (como Mensalão e Lava Jato) estão permanentemente nos noticiários e sempre com uma linguagem que remete a sua audiência um estado psicológico de impotência, incapacidade e até de desespero, diante do inexorável. Como se o fim estivesse no próximo passo a ser dado e o Brasil fosse o único formado de uma classe política egoísta e alheia aos problemas gerais do país.

Ou seja, a atual conjuntura brasileira, marcada por estes escândalos de corrupção, pelo *impeachment* de Dilma Rousseff da presidência da república e pelas crises política, econômica e social, tem produzido obstáculos no processo de construção da democracia num sentido substantivo. Essas crises mostraram a ineficácia dos governos em solucionar os problemas econômicos e sociais da população, atestaram a fragilidade das instituições brasileiras como mediadores entre Estado e sociedade, bem como geraram o descontentamento da população com a política e a democracia representativa.

Tal descontentamento, produziu um cenário de antipolítica forte nessas eleições presidenciais, reforçando ainda mais candidaturas extremas e um clima de conflito entre o eleitorado brasileiro. A criminalização da política, a partir da corrupção de indivíduos, não só fortaleceu um sentimento de descaso com a política, como, junto a outros fatores, impactou em um aumento da abstenção 11,7% em 2014 para 20,3% em 2018.

PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018

Para compreender o clima que predominou durante o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, marcado pela antipolítica, pelo antipetismo, pelo discurso de ódio e até por atos violentos, faz-se necessário voltar um pouco no tempo até a última eleição presidencial em 2014. Claro, que os fatos anteriores, desde a eleição do PT em 2002, são importantes, principalmente os escândalos de corrupção, que para nossa análise são essenciais, mas queremos reforçar o clima de insegurança gerado desde a última eleição.

Um ano antes das eleições de 2014, muitos cidadãos, principalmente jovens, ocuparam as ruas para manifestações contra corrupção e por melhorias nos serviços públicos, que ficaram conhecidas como as Manifestações de Junho de 2013. Os jornais, nacionais e

internacionais, noticiaram que o Gigante havia acordado, que a população frente aos escândalos de corrupção estava cansada e queria mudanças. Esse clima perpassou as eleições, e o resultado do segundo turno (Dilma Rousseff, do PT, com 51,64% e Aécio Neves, do PSDB, com 48,36%) passou a ser contestado pelo candidato derrotado nas urnas, o que estimulou mais o clima de ódio e intolerância política.

Com a reeleição da presidenta Dilma, houve uma paralisia decisória nos seus primeiros meses que culminaram na ingovernabilidade com o processo de *impeachment*, assumindo o governo o vice-presidente, Michel Temer (PMDB). Desde a reeleição estimulou-se uma percepção de que a corrupção estava ligada a um único partido, fortalecendo o antipetismo. Para além desses acontecimentos, em 7 de abril deste ano o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, considerado o ícone do partido, foi preso por acusação de lavagem de dinheiro e corrupção passiva. A partir deste momento, vivenciamos uma polarização política caracterizada pela intolerância, pelo ódio e pela violência.

Enquanto estes fatos tomaram conta dos noticiários e da conversação da população, candidatos *outsiders* criaram suas imagens de ficha limpa, de anticorrupção e de oposição ao PT. O exemplo que ganhou o apoio da população é do candidato Jair Bolsonaro (PSL), que para além dessas características, vinculou a sua imagem a valores conservadores.

Sabemos que muitos fatos ocorreram, não os estamos negando ou afirmando que são menos importantes, pelo contrário, apenas estamos reforçando os que corroboram com a análise aqui proposta. Nesse clima de antipolítica, em 2016, o Brasil passou de 76ª posição para 69ª posição no ranking de percepção da corrupção, feita em diversos países (ORGANIZAÇÃO TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL[3], 2016). De acordo com este relatório, o Brasil teve uma acentuada piora no ranking internacional de percepção da corrupção, e foi o país com a maior queda entre os países pesquisados. A operação Lava Jato, segundo a ONG, teve importante impacto na opinião dos brasileiros.

Além disso, a ONG explica que os países com o melhor desempenho no ranking são aqueles com alto nível de liberdade de imprensa, amplo acesso à informações sobre o orçamento público, sistemas judiciários que agem de forma imparcial no trato com ricos e pobres e que são independentes dos outros setores do governo. Os países que se encontram nas piores posições do ranking se caracterizam por conflitos e guerras, governos ineficientes, instituições públicas frágeis e imprensas sem a necessária independência. No entanto, a ONG

[3] A Organização Transparência Internacional avalia a percepção que a população tem sobre a corrupção em 168 países e seu foco é a corrupção no setor público. Numa escala que vai de 0 (mais corrupto) a 100 (menos corrupto), o Brasil aparece com 38 pontos.

não menciona, mas achamos fundamental, é que os países nas melhores posições do ranking são aqueles cujas populações tem altos níveis socioeconômicos e de qualidade de vida, enquanto que aqueles nas últimas posições no ranking enfrentam sérios problemas de miséria, com taxas de desigualdades sociais extremamente altas, além de baixíssima qualidade na educação.

Visto que a corrupção se tornou o discurso chave nessa eleição presidencial de 2018, sendo relacionada negativamente ao PT e ao ex-presidente Lula, vamos focar nessas três palavras na análise das entrevistas dos cinco candidatos à presidência, melhor colocados na pesquisa DataFolha, que tiveram espaço no telejornal da Rede Globo, o Jornal Nacional.

Foram analisadas as entrevistas dos candidatos Ciro Gomes (PDT), Jair Bolsonaro (PSL), Geraldo Alckmin (PSDB) e Marina Silva (REDE), entre os dias 27 de agosto e 30 de agosto, respectivamente, e do candidato Fernando Haddad (PT), no dia 14 de setembro (após sua confirmação como candidato do partido). Primeiro, conforme a Tabela 2, vamos apresentar o número de vezes que em cada entrevista, os âncoras do jornal, falaram as palavras corrupção, PT e Lula, além do número de vezes que o candidato foi interrompido.

Tabela 2 – Corrupção, Lula, PT e interrupções nas entrevistas ao Jornal Nacional

	Corrupção	**Lula**	**PT**	**Interrupções**
Ciro Gomes	9	7	2	40
Jair Bolsonaro	0	0	0	42
Geraldo Alckmin	6	0	0	52
Marina Silva	2	2	3	45
Fernando Haddad	10	17	15	55

Fonte: Jornal Nacional (27/08/2018 a 30/08/2018 e 14/09/2018).

Conforme os números apresentados na Tabela 2, percebemos claramente que os candidatos do PSL e do PSDB não foram relacionados ao Lula e nem ao PT, e no caso do Jair Bolsonaro, não se mencionou nenhuma vez a palavra corrupção. Enquanto com Geraldo Alckmin se mencionou, mas em metade dos casos foi relacionado às propostas do candidato de anticorrupção.

Com a candidata da REDE houve poucas relações com Lula e PT, direcionadas em questionamentos sobre sua atuação como Ministra do Meio-Ambiente no governo de Lula. E quando mencionada a palavra corrupção estava ligada ao PT e PSDB, partidos que em alguns estados tem coligação com a REDE.

Ao candidato do PDT foram feitas mais menções do Lula, relacionando seu trabalho com o ex-presidente e suas denúncias de que havia algo errado na Petrobrás. E as menções ao PT restringiram-se ao desejo público de Ciro Gomes de união das esquerdas. Porém, a palavra

corrupção foi mencionada nove vezes, questionando o candidato de sua fala a favor da Lava Jato e ao mesmo tempo contra o ministério público e o judiciário. Além disso, também usaram a palavra para citar o presidente do partido, Carlos Lupi, apresentando dados de que este seria réu em casos de corrupção e o Ciro Gomes, publicamente, defendeu Carlos.

Em relação ao candidato do PT, é natural que sejam mencionadas mais vezes as palavras PT e Lula, no entanto, foram usadas sempre de forma negativa, relacionando o partido, os ex-presidentes e o candidato atual à corrupção e à operação Lava Jato.

As interrupções ocorreram em grande número com todos os candidatos, porém é importante ressaltar que no caso de Jair Bolsonaro poucas tiveram efeito na real interrupção da fala do candidato, visto que este aumentava o seu tom de voz, ignorando a interrupção dos âncoras. E no caso de Fernando Haddad eram interrupções em curto espaço de tempo, em muitos casos ambos âncoras faziam interrupções.

Para além dessa análise, é importante apresentar os temas abordados em cada entrevista, para que tenhamos mais claramente o foco de cada entrevista, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Temas abordados nas entrevistas do Jornal Nacional

	Temas	**Principais Perguntas**
Ciro Gomes	Combate à corrupção	1. O senhor disse, em entrevistas recentes, que dá apoio total à Operação Lava Jato [...]. Mas disse também que a Lava Jato é desequilibrada e que cometeu abusos, e que receberia a turma do juiz Sérgio Moro à bala, caso ele mandasse prender e se o senhor se considerasse inocente... À bala. Como convencer o eleitor de que o senhor realmente apoia a Lava Jato, com uma declaração dessas? 2. Recentemente, o senhor disse também que, se eleito, vai colocar o Ministério Público e a Justiça de volta na caixinha. [...] Não é mais uma declaração sua que vai justamente na contramão dessa sua afirmação, de que apoia a Lava Jato? 3. O senhor, num dado momento, disse que bota a mão no fogo pelo presidente do seu partido, Carlos Lupi. O senhor disse que acusações contra ele são malévolas, o senhor disse mais, que uma vez eleito presidente da República, Carlos Lupi ocuparia o cargo que ele quisesse no seu governo. [...] Qual é a coerência de se dizer intransigente com a corrupção e, ao mesmo tempo, o senhor escolher para integrar o seu governo uma pessoa com um perfil, um histórico como esse de Carlos Lupi, para que ele ocupe o cargo que ele quiser, candidato? 4. Ainda falando sobre corrupção, o senhor disse recentemente que alertou o então presidente Lula sobre corrupção na Petrobras. Isso antes de a Lava Jato começar. [...] Por que o senhor não fez uma denúncia tão grave como esta ao Ministério Público?
	Endividamento	1. [...] Diante da simplicidade com que o senhor ofereceu aos brasileiros essa promessa “vou tirar o seu nome do SPC”, embora se trate de um refinanciamento de dívida, o que que o senhor diz pra esse eleitor, que enxerga nessa sua forma de encaminhar a proposta, uma tentativa de oferecer a ele uma troca de favores?
	Segurança pública	1. Durante o governo do seu irmão, o Cid Gomes, que é o seu coordenador de campanha e com quem o senhor divide ideias e projetos para o país, a violência se multiplicou no Ceará, né? [...] Quais erros do seu grupo político o senhor pretende evitar, se chegar à

		Presidência da República?
	Aliança política	1. [...] O senhor se propõe a ser o candidato que vai unir as esquerdas brasileiras. Centro e esquerda brasileiros. No entanto, no centro talvez o senhor não tenha problemas. Mas, pelas ideias defendidas por Kátia Abreu, fica um pouco mais, talvez, difícil e desafiador, unir as esquerdas. Kátia Abreu já ganhou um apelido do Greenpeace, era Miss Desmatamento. A Kátia Abreu, por exemplo, defende teses que não são muito caras aos... São o oposto das teses caras defendidas pela esquerda. Por exemplo, o porte de armas. Ela é muito mais liberal, é a favor do porte de armas.
	Governabilidade	1. Vamos agora falar de um outro tema bastante importante para o país que é a governabilidade, a capacidade de fazer alianças. O senhor costuma relembrar a sua experiência como prefeito, governador, deputado, para se mostrar ao eleitor como um político experiente. Mas, na campanha, nós assistimos justamente à sua dificuldade em fazer alianças. [...] O que o senhor pretende mudar, se eleito, para conseguir negociar projetos importantes para o país no Congresso?
Jair Bolsonaro	Novo e velho na política	1. Nós vamos começar a entrevista falando sobre o velho e o novo na política. O senhor está no seu sétimo mandato. São 27 anos. Por que é que o senhor se apresenta como o novo, contra tudo que está aí, se o senhor e a sua família, como tantas outras famílias de políticos, fizeram da política uma profissão, vamos dizer assim. O senhor vive da política e vive para a política, como outras famílias fizeram o mesmo, e o senhor as critica muito duramente. 2. [...] O senhor dispensou o auxílio-moradia, mesmo tendo um apartamento em Brasília, em março deste ano. O senhor já tinha dito que isso não é ilegal e, de fato, não é. Mas o que há de novo em um candidato que defende a moralidade no uso do dinheiro público, mas que só volta atrás quando é cobrado publicamente?
	Paulo Guedes	1. O senhor diz, com sinceridade até, que o senhor não entende de economia. E que quem vai cuidar desse assunto no seu governo, caso eleito, será Paulo Guedes, um economista. A questão é: em nenhuma democracia do mundo há notícia de um candidato a chefe de estado que, com tamanha antecedência, ao longo de uma campanha eleitoral, já tenha delegado tamanho poder a um futuro subordinado. O que é que o senhor diria a um eleitor que esteja preocupado com a possibilidade de o senhor se tornar um refém de um subordinado tão poderoso, em quem o eleitor nem vai votar?
	Desigualdade de gênero	1. Segundo o IBGE, as mulheres ganham 25% menos que os homens. O senhor já disse que no serviço público já há a garantia dessa igualdade salarial. E no setor, na iniciativa privada, vale o que o empregador... O livre-arbítrio do empregador. O senhor já disse que um presidente da República, na sua opinião, não pode fazer nada a respeito para mudar esse quadro. O fato é que o senhor afirmou que, se fosse empregador, não empregaria mulheres com os mesmos salários dos homens. Ou seja, o senhor se solidariza pessoalmente com os empregadores que compartilham dessa desigualdade salarial. Como explicar isso às mulheres?
	Direitos trabalhistas	1. Vamos seguindo falando de emprego. É um tema importantíssimo também neste momento. O senhor tem dito que, para ter mais emprego, é preciso ter menos direitos trabalhistas. Eu pediria ao senhor que explicasse. Num governo Bolsonaro, quais direitos trabalhistas os brasileiros deixarão de ter? 2. Ainda na questão dos direitos trabalhistas, o Brasil assistiu à aprovação da PEC dos domésticos, e a PEC dos domésticos dignificou a profissão de milhões de trabalhadores brasileiros, né? Deu a eles direitos que até então não tinham. No entanto, o senhor votou contrariamente à PEC dos domésticos. Eu lhe pergunto: por que o senhor considera que esses milhões de cidadãos trabalhadores brasileiros não teriam direito, não mereceriam esses direitos

		conquistados?
	Homofobia	1. A cada 19 horas, um gay, lésbica ou trans é assassinado ou se suicida por causa de homofobia no Brasil. O senhor já disse que não é homofóbico. Mas o senhor também já declarou que vizinho gay desvaloriza imóvel. O senhor já disse que prefere que um filho morra a ser gay. O senhor já, inclusive, relacionou pedofilia com homossexualismo. Candidato, essas declarações não são homofóbicas?
	Segurança pública	1. O senhor sabe que, nas favelas brasileiras, a imensa maioria dos moradores é de gente honesta, trabalhadora que vive sob o jugo, sob o domínio de traficantes de drogas e, muito frequentemente, é vítima de tiroteios entre bandidos e policiais. O senhor afirmou que violência se combate com energia, se combate com inteligência e, palavras suas, se for o caso, com mais violência ainda. Mais violência ainda, candidato. Como é que o senhor acha que os brasileiros que vivem nessas comunidades dominadas por traficantes, que são vítimas desses tiroteios tão frequentes, como é que elas recebem uma afirmação como essa sua?
	Composição política	1. O seu candidato a vice, o general Hamilton Mourão, ao falar sobre crise política brasileira, uma crise que tem se estendido já há um bom tempo, ele falou para um grupo de militares, no ano passado, ele disse o seguinte, eu vou ler aqui a frase dele: "Os poderes terão que buscar solução. Se não conseguirem, chegará a hora que nós teremos que impor uma solução". Hoje, a propósito até, o seu vice, ele voltou a esse assunto, ele disse que isso aí seria só no caso de haver uma situação de caos. Candidato, que solução seria essa que os militares teriam que impor ao Brasil? Impor. Uma democracia.
Geraldo Alckmin	Corrupção	1. Nessa campanha, o senhor fez aliança com partidos do chamado centrão, que os críticos acusam de fazer o famoso "toma lá, dá cá". Partidos esses que têm 41 investigados pela Lava Jato. Quarenta e um investigados, candidato. Como é que o senhor explica isso para os eleitores quando as pesquisas mostram justamente que eles querem formas mais republicanas de se fazer política e apoiam o combate à corrupção? 2. Em uma entrevista que o senhor concedeu, até para mim mesmo, no Bom Dia Brasil, em 2006, quando o senhor foi candidato à Presidência da República pela primeira vez, o senhor disse para mim o seguinte: "Na política é importante"... "Em política é importante", palavras suas, "Diga-me com quem andas e eu direi quem és". O senhor repetiria hoje essa frase tendo ao lado Fernando Collor de Mello, por exemplo? 3. O senhor tem dentro do seu próprio partido - 'diga-me com quem andas, e te direi quem és' - dentro do seu partido o senhor tem Aécio Neves e tem Eduardo Azeredo. Ambos com envolvimento em casos de corrupção. [...] Como presidente do PSDB, por que é que o senhor não pediu, não propôs até agora, a expulsão desses dois elementos do seu partido?
	Segurança pública	1. A maior facção criminosa do Brasil nasceu em São Paulo e se espalhou pelo país. Inclusive, atravessando fronteiras. Para fora, para outros países. Em que a sua política de segurança falhou?
	Mobilidade Urbana e transporte público	1. Vamos falar de mobilidade urbana, transporte público. [...] O seu governo deixou de entregar duas obras de mobilidade muito, muito importantes e de vulto. [...] Com esses atrasos, como é que o senhor vai convencer o eleitor de que o senhor vai botar nos trilhos a questão da mobilidade no país inteiro, candidato?
	Habitação	1. O último levantamento de déficit habitacional no estado de São Paulo revelou uma falta de 1,3 milhão de moradias. Em 2011, esse déficit era menor. Ele passava um pouco de 1 milhão de moradias. Ou seja, a situação se agravou durante o seu mandato como governador. Como é que o senhor vai convencer o eleitorado de que o senhor vai enfrentar o problema, a questão da moradia no Brasil inteiro, com eficiência, dada essa situação?

		2. Esse ritmo de entrega de moradias que permitiu que o déficit habitacional do estado de São Paulo aumentasse ao longo do seu governo... Esse ritmo o satisfaz? O senhor não se sente frustrado? É esse o ritmo que o senhor quer implementar se o senhor for presidente da República para resolver o problema nacionalmente, candidato?
	Saúde pública	1. O senhor defende as OSs, as Organizações Sociais, como uma alternativa ao SUS. O senhor, inclusive, fez isso em São Paulo. E os resultados têm sido questionados pelo Tribunal de Contas do Estado. Como é que o senhor pretende evitar a repetição desse problema?
Marina Silva	Fragilidade da candidatura	1. Candidata, em 2014, os brasileiros assistiram a uma grande dificuldade sua de criar o seu partido, a Rede. Tanto que, naquela ocasião, como candidata à Presidência da República, no fim das contas, a senhora concorreu pelo Partido Socialista Brasileiro. Dois anos depois da criação ou desse esforço de 2014, dois anos depois, sete integrantes da Rede deixaram o partido. E deixaram divulgando uma carta com críticas, uma carta aberta à população, com críticas. Eles se referiam à inexistência de posicionamento para os grandes problemas do Brasil. Palavras deles naquele documento. E, neste ano que estamos agora, a Rede tem dificuldades também. A Rede tinha quatro parlamentares; dois parlamentares foram embora. Está reduzida à metade a bancada do partido. A questão é: como é que a senhora pretende convencer os eleitores de que tem as qualidades de uma líder? 2. Isso não pode dar aos eleitores uma impressão de que falta à líder do partido e, portanto, agora candidata à presidência da República, liderança? Autoridade?
	Reforma previdenciária	1. Ainda então na questão da liderança, uma crítica frequente dos seus adversários é sobre a sua postura diante de temas polêmicos, mas importantes para o país como, por exemplo, a reforma da Previdência. Quando a senhora é questionada sobre esses temas, a senhora sempre defende a necessidade de um debate, mas não apresenta uma proposta concreta. Eu me lembro na sabatina da GloboNews, já tem umas três semanas, a senhora, diante dessas questões, sempre respondia, chegou até a responder numa sequência de três vezes: "É preciso debater, tem que debater, tem que se debater". Como candidata à Presidência da República, por que não assumir posturas?
	Corrupção	1. A gente vai entrar agora na seara da corrupção. Na eleição passada, a senhora obteve 22 milhões de votos e aí, no segundo turno, a senhora declarou apoio ao candidato do PSDB, Aécio Neves, que se tornou, depois daquilo, réu. O que a senhora tem a dizer aos eleitores que votaram em Aécio Neves por causa da sua recomendação? 2. Porque nessa mesma eleição, a senhora era candidata à vice e a candidata à vice de Eduardo Campos. E se tornou a candidata à presidência, após a morte dele. No ano passado, Eduardo Campos foi citado em delações da Odebrecht, em delações da JBS, por ter recebido propina em campanha. A senhora não desconfiou de que havia dinheiro demais na campanha do Partido Socialista Brasileiro. Se eleita, a senhora vai ter que formar um governo. Os eleitores gostariam de saber se a senhora, nesse período, desenvolveu mecanismos mais eficientes de avaliação das pessoas com quem a senhora pretende se aliar. Porque no caso de Aécio e no caso de Eduardo Campos, a senhora não teve como saber antes que havia esses problemas. Para formar a sua equipe a senhora vai estar segura? Tem mecanismos de evitar que se repita essa situação?
	Bancada ruralista e propostas ambientais	1. A bancada ruralista tem crescido no Congresso. Inclusive, cientistas políticos têm dito que ano que vem ela vai ser ainda maior. Como é que a senhora acha que seria possível conquistar votos desses parlamentares para o seu programa ambiental?
	Autocrítica do trabalho no governo	1. A senhora não tem autocrítica. Não, eu digo especificamente à sua gestão nesse período do governo Lula, porque se a senhora disser:

	Lula	"Não, eu fiz o que era para ser feito", é um recado que a senhora está dando para parte do eleitorado de dizer o seguinte: Olha, aquelas pessoas que querem que o licenciamento ambiental seja feito para proteger o meio ambiente, mas que seja feito com mais celeridade, para respeitar também a urgência da necessidade de geração de empregos com esses investimentos, nessas obras todas…
Fernando Haddad	Corrupção	1. O PT, nas duas vezes em que esteve à frente da Presidência da República, com Lula e depois com Dilma, protagonizou os maiores escândalos de corrupção da história recente do país, o Mensalão e o Petrolão, envolvendo R$ 12 bilhões em desvios. Nem Lula, nem Dilma, nem o PT jamais fizeram uma autocrítica. As pesquisas mostram que o eleitor quer um governo honesto. Como é que o senhor vai convencer o eleitor de que a corrupção não vai continuar no novo governo do PT, se não há uma autocrítica? Se não há um pedido de desculpas ao povo brasileiro pelos bilhões desviados por causa da corrupção? 2. Candidato, vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares? O senhor já disse, em entrevistas anteriores, que o que aconteceu em relação à corrupção foram atos de indivíduos, e não do Partido dos Trabalhadores como organização. O Ministério Público tende a discordar dessa sua afirmação porque, no levantamento do próprio Ministério Público, quando a gente olha aqui a lista, a gente vê entre presos, condenados, investigados e réus na Lava Jato, o que é que tem do PT? Tem dois ex-presidentes da República, Lula e Dilma, tem 11 ex-ministros. Desses 11 ex-ministros, tem dois ex-ministros da Fazenda, Guido Mantega e Antonio Palocci. Tem quatro ex-presidentes do Partido dos Trabalhadores, eu posso nomeá-los, se o senhor preferir, e tem três tesoureiros. Ou seja, os procuradores, diante desses... dessa situação, eles dizem o seguinte: não havia ali atos isolados. O que havia ali era uma situação sistêmica, organizada. Eu gostaria de saber como é que o senhor se contrapõe a essa evidência?
	Judiciário	1. O senhor e outros integrantes do seu partido criticam também o Judiciário. Muitos petistas já se referiram àquilo que seria uma conspiração do Judiciário. No entanto, quando a gente olha a lista de ministros integrantes do Supremo Tribunal Federal, a gente observa o seguinte: nos dois governos de presidentes petistas, Dilma Rousseff e Lula, foram nomeados 13 ministros do Supremo Tribunal Federal. Dos atuais 11 integrantes da Casa, sete foram indicados ou por Lula ou por Dilma. No Superior Tribunal de Justiça, outro órgão superior, são 33 cadeiras. Vinte e oito foram indicadas por governos petistas, Lula ou Dilma. Dos 141 atuais desembargadores da Justiça Federal, 141, 92 foram indicados por Lula ou por Dilma. E mais, no TRF-4, ele é simbólico, porque o TRF-4, em segunda instância, condenou Lula. E ele tem quantos integrantes? Vinte e sete integrantes. Dos 27 integrantes do TRF- 4, 22 foram indicados por Lula ou por Dilma. Diante desses números, eu lhe pergunto: houve uma conspiração no Judiciário ou houve uma enorme prova de isenção da Justiça?
	Corrupção do candidato	1. O senhor acabou de ser denunciado pelo Ministério Público, nesta semana, por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha. O senhor e mais quatro pessoas, entre elas, inclusive, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari. O senhor, portanto, é denunciado na Lava Jato. Isso não o constrange como candidato à Presidência da República?
	Reprovação do mandato	1. Então, justamente sobre a prefeitura. O presidente Lula indicou, em várias eleições, para eleições, candidatos até então pouco conhecidos da imensa maioria do eleitorado. Os analistas costumam até ter um nome para esse tipo de candidato, é "candidato poste". Indicou em 2012 o senhor para a prefeitura, para se candidatar à prefeitura de São Paulo, o senhor se elegeu. E quatro anos depois, o senhor, que tentou se reeleger, não mais como candidato desconhecido, mas como alguém

		que tinha administrado por quatro anos a maior cidade do país. E o senhor perdeu a eleição, aliás, o senhor foi o primeiro prefeito da história, o primeiro candidato à reeleição da história da cidade de São Paulo a perder uma reeleição ainda em primeiro turno. Ou seja, a maioria do eleitorado paulistano desaprovou a sua administração. Eu lhe pergunto: por que os eleitores devem acreditar que, agora, apenas dois anos depois, de novo, o presidente Lula o indica, foi um (...) do presidente Lula, como candidato à Presidência da República, e o senhor não vai ter de novo a administração reprovada pela maioria do eleitorado? 2. Quando candidato à prefeitura de São Paulo, fez uma série de promessas e não as cumpriu. [...] Por que o eleitor haveria de imaginar que o senhor virá a cumprir as promessas que faz como candidato à Presidência da República?
	Crise	1. Na eleição, para a eleição de 2010, o presidente Lula indicou a então candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff. Exatamente como fez com o senhor em 2012 para a prefeitura de São Paulo. E, agora, com a sua candidatura à Presidência da República. Mas, ao sair do governo, ao ter que deixar o governo, a presidente Dilma deixou o Brasil na crise em que todos nós brasileiros estamos mergulhados hoje e quase 11 milhões de desempregados. Hoje esse número já são 13. Mais de 11 milhões de desempregados, hoje são 13 milhões. Por que que os eleitores devem acreditar que com o senhor, o partido que deixou mais de 11 milhões de desempregados não vai agravar a crise?
	Desemprego	1. O que dizer dos mais de 11 milhões de desempregados? Dilma Rousseff deixou o Brasil com mais de 11 milhões de desempregados.
	Autocrítica	1. Qual é a dificuldade que o Partido dos Trabalhadores tem de fazer uma autocrítica, de reconhecer a sua culpa, a gestão da economia no ano de 2014 já fazendo água?

Fonte: Jornal Nacional (27/08/2018 a 30/08/2018 e 14/09/2018).

Conforme as temáticas e as principais perguntas abordadas nas entrevistas com os candidatos, apresentadas no Quadro 1, percebemos que não houve espaço para defesa de propostas, mas sim questionamentos relacionados as suas ligações partidárias ou suas falas polêmicas. Porém, fica evidente a narrativa de corrupção com determinados candidatos, em especial do PT e do PSDB, em menor medida com do PDT e da REDE. E a não se fez menção sobre assunto corrupção com o candidato do PSL, corroborando com a imagem que o próprio candidato vende de si, de que não possui nenhuma ligação com a corrupção exercida no país.

CONCLUSÃO

Este artigo não tem como objetivo o julgamento e a responsabilização dos meios de comunicação de massa como os principais vilões no processo de construção de uma sociedade extremamente desigual e injusta, no Brasil. Os fatores que contribuíram para isso são muito mais numerosos e diversos. Além disso, as simplificações normalmente não dão conta da complexidade dos eventos constitutivos da formação de uma sociedade. Tampouco é objetivo deste artigo defender o indefensável que é a corrupção política, tão nociva para a sociedade

brasileira, desde os tempos coloniais. Este artigo procura analisar a relação entre a narrativa que criminaliza as atividades políticas, construídas pelos meios de comunicação de massa e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018.

Tendo isso como balizador, este artigo traz algumas informações, que podem contribuir para o entendimento desse processo. A imprensa não difere em nada de qualquer outro setor da sociedade brasileira quanto a sua formação. Ela nasceu a partir do estado centralizador português. Ela se ramificou pela antiga colônia da mesma maneira que qualquer outra atividade econômica, ou seja, com o consentimento e como favor da coroa a seus amigos. E por fim, ela encontrou o seu habitat mais natural e fértil que é a política e todas as suas dimensões.

Como bem disseram Martins e Lucas (2008), o Brasil nasce e cresce com a imprensa. Ela é objeto da história brasileira, porque é parte constituinte dela, é sujeito dessa mesma história, porque suas características não permitem que se limite a mera descrição factual dos eventos (MARTINS e LUCAS, 2008). O protagonismo é elemento fundamental do seu DNA. Neste sentido, pela argumentação traçada ao longo do texto, esse artigo segue a linha de análise que considera os meios de comunicação de massa, no Brasil, como parte efetiva e ativa dos grupos sociais econômica e politicamente dominantes, portanto refletindo e reproduzindo os aspectos ideológicos e agendas estabelecidos por estes. Este fato se constitui um mal em si mesmo? Não é possível se afirmar. No entanto, quando esses meios, por prerrogativa de função, podem estabelecer, e estabelecem, a pauta de debates no ceio da nossa sociedade, suas narrativas que criminalizam a política impactam, sem dúvida, na estabilidade democrática do país, pois afetam no sentimento dos cidadãos em relação à arena política.

Claramente estamos vivenciando um clima perigoso para a estabilidade da democracia, onde valores autoritários, antidemocráticos e, até violentos, estão tomando conta da população. Para além de um sentimento contra um partido, estamos vendo a exaltação de retrocessos como algo necessário para o desenvolvimento do país. Certamente não imaginávamos que a situação chegaria neste estágio, porém o debate é essencial e a autocrítica é indispensável, não só na arena política como, também, na academia.

Por fim, nesta perspectiva, este artigo conclui que, tendo em vista o fato de que os meios de comunicação de massa, no Brasil, tem sido historicamente agentes e instrumentos geradores de ativos econômicos e ideológicos das camadas dominantes da sociedade, problematizar o papel desses agentes e instrumentos, no processo de produção e socialização política da população brasileira, se torna imperativo ao cientista político, nos dias de hoje.

Não fazê-lo, é manter-se a parte do que está acontecendo no momento atual e acabar sendo responsável pela manutenção do *status quo*.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel e COLEMAN, James. A política das áreas em desenvolvimento. Rio de Janeiro/São Paulo: Freitas Bastos, 1969.

ALMOND, G.; VERBA, S. The Civic Culture: Political attitudes and democracy in five nations. Boston: Little, Brown, 1965.

AMARAL, R e GUIMARAES, C. Media monopoly in Brazil. Journal of communications, vol. 44, n. 4, Autumm, p 26-40, 1994.

ANDRADE, Zani. Corrupção, definição e consenso. RAP, Rio de Janeiro, p. 64-77. 1996.

BAQUERO, Marcello. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil*:* um estudo preliminar de socialização política*.* Porto Alegre: UFRGS, 1997.

BAQUERO, Marcelo. Corruption, political culture and negative social capital in Brazil. Revista Debates, v. 9, n. 2, p.139-157, Porto Alegre, mai-ago, 2015.

BATISTA, VERA MALAGUTI. Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2012.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAQUERO, Marcelo. Democracia e Desigualdades na América Latina: novas perspectivas. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

CAPARELLI, Sérgio, LIMA, Venício. Comunicação e Televisão: desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker, 2004.

CHAUI, M. Convite à filosofia, São Paulo Ática, 1999.

DUARTE, Rodrigo. Teoria crítica da indústria cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.218p.

EASTON, David e DENNIS, Jack. Children in political system: origins of political legitimacy. New York: McGraw-Hill, 1969.

GUPTA, S., DAVOODI, H., and TIOGSON, E. 2000. Corruption and the provision of health care and educational services. http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2000/wp00116.pdf

HYMAN, Herbert. Political socialization: a study in the psychology of political behavior.Glencoe: The Free Press, 1959.

HUME, D. Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004

HUME, David. Tratado da natureza humana. Trad. Déborah Danowski. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

INGLEHART, Ronald. Cultura e Democracia. In: HARRISON, Lawrence e HUNTINGTON, Samuel. A cultura importa. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 133-153.

LIMA, Venício A. de. Mídia: teoria e política. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

MIGUEL, Luiz Felipe Miguel. Os meios de comunicação e a prática política. Revista Lua Nova, nº 55-56, 2002.

MIGUEL, Luiz Felipe. A mídia e o declínio da confiança na política. Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº19, jan-jun 2008, p.250-273.

MAURO, P. 1995. Corruption and Growth. http://elsa.berkeley.edu/~saez/course131/Mauro95.

MOISÉS, J. A. Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira. In: Revista Brasileira de Ciência Sociais; Vol. 23, nº 66. São Paulo, 2008. p. 11-43.

NAZZARI, Rosana K. Socialização política e construção da cidadania no Paraná – 1993-1994. Porto Alegre, 1995. Tese de Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NUPESAL. Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil. Banco de Dados. 2015

PERCHERON, Annick. “La formation politique de l’individu”. In: PARODI, Jean-Luc. Lapolitique. Paris: Hachette, 1972, pp. 142-168.

PUTNAM, Robert. Bowlin Alone. The collapse and revival of American community. New York, Simon & Schuster, 2000.

SANTOS, Milton. Da cultura à indústria cultural. São Paulo: Folha de São Paulo, 19 de março de 2000.

SANTOS, Rogerio Dultra. Estado de exceção e criminalização da política pelo mass media. Revista Sistema Penal & Violência, v. 8, n. 2, p. 187-209. 2016.

SCOTT, C. Comparative political corruption. In: Palombara, J. Conteporary comparative politics series. Englewood Clifts, Prentice-Hall, 1972.

SCHIMDT, João Pedro. Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Mauad, 1999.

STUMPF, Gonzales Rodrigo. Cultura política e experiências participativas na América Latina pós neoliberalismo, 2010. https://www.aacademica.org/000-036/72.pdf

TANZI, V. H. 2000. Corruption, growth and public finances. IMF Working Paper. http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2000/wp00182.pdf

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Analise Critica da Narrativa*. Universidade de Brasilia. Brasilia 2013.

FULTON, Helen Elizabeth. *Introduction: the power of narrative*. In: FULTON, Helen

Elizabeth et al. Narrative and Media. New York/EUA: Cambridge University Press, 2005a

THOMPSON, John B. *O Escândalo Político*: Poder e Visibilidade na era da Midida. Petrópolis: Vozes, 2002.